

Orçamento timorense para 2023 ignora realidade financeira - ONG

Díli, 19 out 2022 (Lusa) – A organização não-governamental timorense La’o Hamutuk considera que a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2023 ignora a realidade das finanças públicas do país, indo contra cenários de sustentabilidade do próprio Governo.

“Infelizmente, a proposta de orçamento proposta pelo Governo entra em conflito com o cenário sustentável apresentado”, refere a La’o Hamutuk, referindo-se ao crescente risco de que Timor-Leste pode enfrentar um precipício fiscal, já em 2034, se não forem tomadas várias medidas.

“Apesar de o Governo reconhecer que o nosso país enfrenta um sério risco de sustentabilidade das finanças do Estado e do precipício fiscal, falha na implementação de uma solução. Não há qualquer valor em mencionar um modelo sustentável se não for para o implementar”, refere, considerando que a população enfrentará “um grave perigo” se o Governo não tiver planos para lidar com o precipício fiscal.

Para evitar esse cenário e alargar a vida do Fundo Petrolífero até pelo menos 2045 – dando mais tempo ao Governo para diversificar a economia – o próprio executivo diz que seria necessário “diminuir a despesa 3% cada ano até 2034 e depois continuar nos níveis de 2034”.

“No entanto, de acordo com as tabelas nos livros orçamentais, as despesas do Estado (e as transferências do Fundo Petrolífero) aumentarão até 2027, e não há informação sobre os anos depois de 2027”, refere a ONG.

“Além disso, as projeções sobre os gastos através do Fundo de Infraestruturas não são tidos em conta. Isto mostra que o Governo não está comprometido com um modelo sustentável. As despesas estimadas do Fundo de Infraestruturas em 2024 são de 1,3 mil milhões de dólares (mais 1,1 mil milhões de dólares do que em 2023)”, destaca.

A ONG saúda a maior atenção dada em Timor-Leste ao risco de um precipício fiscal, com o potencial fim do Fundo Petrolífero (FP) em 2034, insistindo na necessidade de uma correção nas contas públicas.

A proposta de OGE, atualmente em tramitação parlamentar, ascende a 3.157 milhões de dólares (3.215 milhões de euros), dos quais cerca de 2,8 mil milhões correspondem à administração central.

A proposta de lei inclui, no que se refere ao ‘bolo’ da Administração Central os mil milhões de dólares (1.021 milhões de euros) destinados ao Fundo de Combatentes da Libertação Nacional (FCLN), que já transitam de 2022.

À administração central somam o orçamento de 235,72 milhões de dólares (240,7 milhões de euros) da Segurança Social e 120 milhões dólares (122,5 milhões de euros) da Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno (RAEOA).

O valor do OGE implica que o Estado terá de levantar do Fundo Petrolífero (FP) em 2023 um valor de 1.346 milhões de dólares (1.375 milhões de euros), 2,7 vezes mais do que o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) fixado em 490,1 milhões de dólares (500 milhões de euros).

O RSE, que está atualmente fixado em 3% do valor do FP, é, em termos gerais, o valor que se pode retirar do FP sem afetar o seu rendimento.

A La’o Hamutuk saúda a orçamentação por programas, estreada no OGE para 2023, mas considera que as projeções do Governo são “inconsistentes”, não havendo detalhes sobre estimativas de gastos futuros nos vários programas.

Crucial, considera a ONG, é analisar a dependência no FP, especialmente porque esse capital está fortemente dependente dos mercados financeiros – agora que se quase esgotaram as receitas petrolíferas diretas.

Nota, por exemplo, que só nos primeiros nove meses deste ano, o FP perdeu quase 2,7 mil milhões de dólares de valor, “com um retorno negativo do investimento de 17%” em termos homólogos.

A organização, que tradicionalmente apresenta a proposta mais detalhada de análise da sociedade civil à proposta de OGE, vinca a necessidade de apostar em estratégias cruciais para o país, como educação, saúde, água e agricultura.

Na proposta de análise que apresentaram ao Parlamento Nacional, no quadro do processo de consultas públicas sobre a proposta orçamental, a La’o Hamutuk explica que quer contribuir para que o OGE seja “sustentável” e responde “às necessidades da população” timorense.

O debate da proposta orçamental, considera, representa uma oportunidade política para que os membros do parlamento, o Governo e o público em geral possam “avaliar, discutir desenhar o planeamento estratégico necessário para responder aos muitos desafios que a população e a nação enfrentam”.

Apesar disso, porém, a ONG considera que documentos significativos a considerar, como os relatórios anuais da petrolífera timorense Timor GAP ou da Autoridade Nacional de Petróleo e Minerais (ANPM) “chegaram atrasados”, impedindo um entendimento alargado do público.

“O Ministério das Finanças ainda não publicou o seu relatório Anual de 2021 sobre o Fundo Petrolífero”, refere a ONG, apelando ao Governo e Parlamento para que melhorem a transparência dos processos orçamentais, criando portais funcionais para publicar documentos relevantes.

ASP // PJA
Lusa/Fim

Unofficial translation

Timorese budget for 2023 ignores financial reality - NGO

Dili, 19 Oct 2022 (Lusa) - The Timorese non-governmental organization La’o Hamutuk considers that the General State Budget (OGE) proposal for 2023 ignores the reality of the country’s public finances, going against sustainability scenarios of the Government itself.

“Unfortunately, the budget proposal proposed by the Government conflicts with the sustainable scenario presented,” says La’o Hamutuk, referring to the growing risk that Timor-Leste may face a fiscal cliff as early as 2034 if several measures are not taken.

“While the government recognizes that our country faces a serious risk of sustainability of state finances and fiscal cliff, it fails to implement a solution. There is no value in mentioning a sustainable model if you are not going to implement it,” it says, considering that the population will face “a serious danger” if the Government has no plans to deal with the fiscal cliff.

To avoid that scenario and extend the life of the Petroleum Fund until at least 2045 - giving the Government more time to diversify the economy - the executive itself says it would be necessary to “decrease spending 3% each year until 2034 and then continue at 2034 levels.”

“However, according to the tables in the budget books, state spending (and transfers from the Petroleum Fund) will increase until 2027, and there is no information on the years after 2027,” the NGO says.

“In addition, projections on spending through the Infrastructure Fund are not taken into account. This shows that the Government is not committed to a sustainable model. The estimated expenditure of the Infrastructure Fund in 2024 is \$1.3 billion (\$1.1 billion more than in 2023),” it highlights.

The NGO welcomes the greater attention given in Timor-Leste to the risk of a fiscal cliff, with the potential end of the Petroleum Fund (PF) in 2034, insisting on the need for a correction in public accounts.

The proposed GSB, currently being processed in parliament, amounts to \$3,157 million, of which about \$2.8 billion corresponds to the central government.

The bill includes, in what it terms the Central Administration, the one billion dollars destined to the National Liberation Fighters Fund (FCLN), already carried over from 2022.

To the central administration are added the \$235.72 million Social Security budget and \$120 million for the Oecusse-Ambeno Special Administrative Region (RAEOA).

The GSB figure implies that the state will have to raise from the Petroleum Fund (PF) in 2023 an amount of \$1,346 million, 2.7 times more than the Estimated Sustainable Income (ESI) set at \$490.1 million.

The ESI, which is currently set at 3% of the value of the PF, is broadly speaking the amount that can be taken out of the PF without affecting its income.

La’o Hamutuk welcomes program-based budgeting, which debuted in the 2023 GSB, but considers the government’s projections to be “inconsistent,” with no details on future spending estimates in the various programs.

Crucial, the NGO believes, is to analyze the dependence on the PF, especially since this capital is heavily dependent on financial markets - now that direct petroleum revenues have almost been exhausted.

It notes, for example, that in the first nine months of this year alone, the PF lost nearly \$2.7 billion in value, “with a negative return on investment of 17%” year-on-year.

The organization, which traditionally presents the most detailed civil society analysis proposal to the GSB proposal, stresses the need to focus on crucial strategies for the country, such as education, health, water, and agriculture.

In the analysis proposal presented to the National Parliament, as part of the public consultation process on the budget proposal, La’o Hamutuk explains that it wants to contribute so that the GSB is “sustainable” and responds “to the needs of the Timorese population”.

The debate on the budget proposal, it believes, represents a political opportunity for members of parliament, the government and the general public to “assess, discuss and design the strategic planning needed to respond to the many challenges facing the population and the nation.”

Despite this, however, the NGO believes that significant documents to consider, such as the annual reports of the Timorese oil company Timor GAP or the National Petroleum and Minerals Authority (ANPM) “have arrived late,” preventing broad public understanding.

“The Ministry of Finance has not yet published its 2021 Annual report on the Petroleum Fund,” the NGO says, calling on the Government and Parliament to improve the transparency of budgetary processes by creating functional portals to publish relevant documents.

ASP // PJA
Lusa/End